

COMUNICAÇÃO COM A FAMÍLIA DO ALUNO: REFLETINDO SOBRE OS BILHETES ENVIADOS PELA ESCOLA

Sandra Cristina Dedeschi (UNICAMP)

Telma Pileggi Vinha (UNICAMP)

sandrabranca@yahoo.com.br

Agência financiadora: Capes

Conflitos interpessoais na instituição educativa: intervenções, mediação e procedimentos de educação moral

Este estudo teve por objetivo analisar os conteúdos e as implicações dos bilhetes ou de outras formas de registros enviados pela escola para se comunicar com as famílias dos alunos de 2º, 5º e 8º ano de uma instituição pública e uma particular. Para a coleta de dados foram utilizados dois procedimentos principais: recolhimento dos documentos utilizados para a comunicação e a realização de entrevista clínica com alunos, pais e equipe pedagógica. Os resultados demonstram que os problemas vividos na escola são terceirizados para a família auxiliar na resolução. O presente artigo se refere à estrutura apresentada nas mensagens enviadas pelos professores do nível I do Ensino Fundamental. Os dados foram analisados de acordo com seu conteúdo, baseando-se na teoria construtivista que considera os momentos de conflitos como oportunidades de reflexão, de coordenação de perspectivas e da busca por soluções justas e equilibradas, o que não acontece quando o aluno é excluído do processo de comunicação, desfavorecendo sua autorregulação.

Palavras-chave: escola; família; bilhetes; comunicação; autorregulação.

INTRODUÇÃO

Questões referentes à relação que a escola estabelece com as famílias dos alunos fazem parte do contexto educativo e vem sendo alvo de amplo número de estudos (PATTO, 1993-1997; PEREZ, 2000; OLIVEIRA, 2002; SAYÃO e AQUINO, 2006; RIBEIRO e ANDRADE, 2006). Segundo Castro e Regattieri (2009) a interação entre essas duas instituições está inserida no trabalho escolar “uma vez que as condições familiares estão presentes de forma latente ou manifesta na relação professor-aluno e constituem chaves de compreensão importantes para o planejamento da ação pedagógica” (p. 16).

Entretanto, sabe-se que a escola se queixa constantemente da família, julgando-a como “desestruturada” e “desinteressada”, enquanto que, por sua vez, muitos pais reclamam do trabalho desempenhado pelos professores, corroborando com o pressuposto insucesso em suas tentativas de parceria.

Tendo como uma das justificativas a necessidade da escola manter uma relação aberta com as famílias, diferentes recursos são utilizados para que estas sejam informadas. A prática de enviar bilhetes aos pais é muito comum, sendo justificada pelos professores como necessária para manter as famílias informadas a respeito da vida escolar de seus filhos. No entanto, pode-se dizer que mais do que favorecer a comunicação entre os agentes dessas duas instituições, promove a terceirização dos problemas que ocorrem no espaço escolar para que sejam resolvidos em casa. Segundo Sayão (2003) mesmo essas mensagens sendo enviadas com o propósito de que os pais possam acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, geram implicações nem sempre positivas. Sentindo-se pressionados a tomar alguma atitude em relação às dificuldades informadas, sejam estas cognitivas ou comportamentais, muitos familiares acabam assumindo a responsabilização pelo que os alunos fazem ou deixam de fazer na escola.

Em estudo realizado a fim de conhecer os significados que os alunos de 1ª série atribuíam a seus cadernos escolares, Santos e Souza (2005) chegaram a alguns resultados interessantes sobre tema em questão. A professora da turma investigada indicava no próprio caderno quando uma criança não havia realizado uma atividade ou deixara incompleta. As pesquisadoras constataram que o fato de que as mensagens sempre apresentavam informações ruins, os bilhetes eram considerados por todos os alunos como algo negativo. Verificaram também que a maioria geralmente informava a falta de tarefa ou problemas de indisciplina, o que corrobora com a ideia de que os conflitos vivenciados no espaço escolar são vistos como negativos. As autoras concluem que esses bilhetes podem ser aliados na relação família-escola uma vez que possibilitam a troca rápida e prática de informações, todavia, o fato de notificar os problemas denota a

concepção da escola de que os pais devem ser responsabilizados pelas atitudes de seus filhos no que diz respeito à escolarização.

No entanto, numa perspectiva construtivista, os conflitos são vistos como ocorrências naturais em qualquer relação, sendo considerados como necessários ao desenvolvimento do sujeito. Conforme Piaget (1932-1994) tornam-se elementos indispensáveis para desencadear o processo de equilíbrio e conseqüentemente a autorregulação do indivíduo. Acredita-se que os problemas que surgem na rotina escolar podem se tornar grandes oportunidades para o professor trabalhar as regras e os valores inerentes aos mesmos. Assim, tais conflitos podem estar num contexto construtivo ou destrutivo, sendo que a diferença ficará por conta da postura adotada pelo professor (TOGNETTA e VINHA, 2008). Geralmente, a forma como eles conduzem situações de conflito pode favorecer, ou não, o desenvolvimento moral de seus alunos. Para tanto, é preciso que não se preocupem apenas em sanar o problema ou impedir que ocorra, e sim, que tenham consciência de que podem propiciar momentos de reflexão para os envolvidos. Dessa forma, auxiliarão seus alunos na tomada de consciência de seus pontos de vista, assim como no reconhecimento e respeito aos dos outros.

É notória a presença desses bilhetes no dia a dia das escolas, principalmente sendo usados para informar aos pais quando o filho se envolve em algum conflito ou quando desobedece regras impostas. Buscando investigar as implicações dessa prática pedagógica, realizamos a pesquisa que será apresentada a seguir.

A PESQUISA

O problema norteador da presente pesquisa foi: quais os conteúdos e as implicações dos bilhetes que a escola envia para a família?

Para responder tal indagação, traçamos como objetivo principal analisar, à luz da teoria construtivista, os conteúdos e as implicações dos bilhetes que a escola envia para a família. Como específicos, foram definidos: caracterizar a estrutura dos bilhetes enviados aos pais para informar as ocorrências no espaço escolar; verificar as semelhanças e as diferenças dos conteúdos e da estrutura presentes nos ‘bilhetes’ enviados aos pais de alunos do 2º, 5º e 8º anos do Ensino Fundamental e comparar mecanismos de comunicação escrita na escola particular e na pública.

Trata-se de um estudo de caráter misto em que foram utilizados os métodos qualitativo e quantitativo de forma complementar a fim de auxiliar a análise dos dados na investigação a respeito da comunicação entre a escola e a família.

A amostra foi composta por seis turmas do Ensino Fundamental I, sendo uma de 2º ano, uma de 5º e uma de 8º, de cada tipo de instituição, pública e particular. Para a coleta de dados foram utilizados dois procedimentos principais: a análise dos documentos enviados pela escola para informar os pais a respeito da vida escolar de seus filhos e entrevista clínica com os sujeitos envolvidos nesse processo de comunicação. Com a intenção de compreender o contexto e contribuir com a análise dos dados, realizaram-se observações assistemáticas durante os momentos em que estávamos presentes nas escolas.

A coleta de dados teve início com o levantamento dos documentos, ou seja, dos bilhetes enviados às famílias dos alunos das turmas em questão e constatou-se a utilização de outras formas de comunicação escrita para informar os pais. Sendo assim, foram coletados alguns materiais além das mensagens redigidas pelo próprio professor, tais como: registros disponibilizados aos responsáveis na internet; circulares como termos de advertência oral, escrita ou de suspensão; informativos sobre regras não cumpridas e fichas individuais de avaliação periódica.

Visando identificar e analisar algumas das principais implicações da utilização dos bilhetes ou outras formas de comunicação escrita nas relações estabelecidas entre pais e filhos, na segunda parte da pesquisa, a coleta de dados se deu por meio de entrevistas que se basearam no método clínico piagetiano.

A análise dos dados coletados realizou-se por meio da triangulação de métodos entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, pelo fato de uma abordagem contribuir com a outra, o que as torna estratégias complementares.

Estes foram analisados em três partes, tendo como base o método de análise do conteúdo, que pode ser utilizado tanto na pesquisa qualitativa quanto nas investigações quantitativas, sendo aplicados de maneiras diferentes. Inicialmente, os dados referentes aos documentos coletados foram organizados e analisados quanto ao conteúdo das mensagens que apresentavam e, na segunda parte, foi observada a estrutura dos textos redigidos pelos professores. Na terceira, realizou-se a análise qualitativa do conteúdo das entrevistas com os 70 participantes, a fim de reconhecer as implicações nas relações estabelecidas entre os alunos e seus familiares.

Neste artigo, daremos destaque aos resultados encontrados mediante a análise da estrutura dos bilhetes redigidos na agenda ou no caderno escolar dos alunos do Ensino Fundamental I e suas possíveis implicações nas relações estabelecidas entre pais e filhos.

A ESTRUTURA DOS BILHETES ENVIADOS ÀS FAMÍLIAS

A amostra contou com 895 bilhetes reais e/ou virtuais¹, sendo 65 redigidos pelos educadores de 2º e 5º anos. Para a verificação da estrutura das mensagens escritas na agenda ou nos cadernos, foram utilizados seis critérios

¹ O estudo contou com as mensagens “reais” redigidas pelos educadores e aquelas que chamamos de “virtuais”, uma vez que se fazem existir no meio digital, como diversas informações inseridas nos sites disponibilizados na internet.

definidos *a posteriori* mediante a análise de seu conteúdo. No quadro 1, apresenta-se a descrição de cada um desses critérios de observação.

Quadro 1 - Critérios de observação da estrutura dos bilhetes redigidos pelos educadores.

Critérios	Descrição
Responsabilização	Identificar a quem pertence o conflito ou assunto abordado no bilhete
Redação	Caracterizar a escrita da mensagem enviada, ou seja, como as palavras foram utilizadas ao enviar uma informação aos pais
Enfoque	Verificar o enfoque dado ao assunto informado no bilhete
Informação	Considerar se a mensagem informa somente o fato ou esclarece as intervenções realizadas
Providência	Identificar se a mensagem solicita ou não alguma providência por parte da família
Destinatário	Trata de verificar a quem a mensagem foi enviada

Para cada um desses critérios, foram organizados alguns aspectos que serão descritos e exemplificados juntamente com os resultados encontrados.

O primeiro dizia respeito à “responsabilização”, uma vez que foi observado se a solução do assunto comunicado era de implicação da escola ou da família. Verificou-se a qual delas pertencia o assunto ou se o problema informado dizia respeito a ambas, implicando na necessidade de parceria para resolvê-lo a contento.

Dos 65 bilhetes referentes às séries do Ensino Fundamental I, consideramos que 100% eram de responsabilidade da escola, pois eram abordados assuntos que ocorreram no espaço pedagógico e cuja intervenção, juntamente com o educando, poderia gerar aprendizagem, não sendo, portanto, necessário recorrer aos pais, como no exemplo a seguir:

(2º ano_PU)²

Senhores Pais

A aluna LAR não permanece sentada durante as aulas.

Professora

² Antecedendo os exemplos de bilhetes sempre será identificada a turma a que pertence e o tipo de escola: particular (PA) e pública (PU).

O conteúdo desta mensagem demonstra que atuações inerentes ao espaço escolar, como a distração, o conversar durante a aula, o permanecer sentado, são transferidas pelo professor para os pais dos alunos. Constatou-se também que apenas 35,3%, além de apresentarem conteúdos de responsabilidade da escola, necessitavam do auxílio da família para sua organização, sendo realmente importante uma parceria em que cada um realizasse seu papel para auxiliar os educandos.

Sendo assim, geralmente os professores comunicam para os responsáveis assuntos pertinentes às suas funções e que deveriam ser tratados com o aluno durante o tempo em que está na escola. Vale ressaltar que tais dados corroboram com os resultados encontrados por Santos e Souza (2005) quando constataram que as mensagens enviadas nos cadernos atribuem aos pais a responsabilidade por fatos e comportamentos relacionados estritamente à escola.

No segundo critério, procurou-se analisar a “redação” dos bilhetes escritos pelos educadores. Um fator a ser considerado foi se a mensagem apresentava uma linguagem descritiva, expondo o fato informado com alguns detalhes que possibilitassem a melhor compreensão a respeito do ocorrido. Destacou-se a presença desse aspecto em 58,4% dos casos, enquanto que os outros 41,6% apresentavam a ideia sem descrever os fatos que levaram à conclusão expressa no bilhete ou o acordo realizado. Em 29,2% a redação apresentava a informação de forma muito sucinta, como exposto no seguinte exemplo:

(5º ano_PU)

Não se comportou bem durante a aula no dia de hoje.

Professora (data)

Quanto à redação foi verificado se era feita de forma objetiva e clara, o que difere de ser sucinta demais. Acredita-se que muitas vezes o excesso de

informações ou a falta de objetividade podem dificultar a compreensão da mensagem por parte dos leitores. Foram encontrados 47,6% dos bilhetes escritos com objetividade e clareza, enquanto que 21,5% apresentaram um texto minucioso, trazendo dados excessivos sobre a ocorrência.

O fator mais frequente no texto dos bilhetes foi o uso de uma linguagem respeitosa, o que corresponde a 64,6% da amostra. Procurou-se observar se a mensagem iniciava com uma saudação, se havia uma despedida ao ser encerrado, se as palavras não eram ofensivas ou irônicas. Nos 35,4% restantes, considerou-se que as mensagens demonstravam de certa forma uma redação desrespeitosa, muitas vezes pelas palavras serem utilizadas de maneira aparentemente rude, como pode ser constatado neste caso:

(5° ano_PU)

Não copiou nada da lousa, os textos e as atividades, fez o quê?

Professora

Observou-se ainda, o uso de expressões pejorativas ou agressivas nos bilhetes, por meio das quais o educador emitia um julgamento de valor. Somente 10,7% da amostra apresentaram um juízo do educador, como quando uma professora escreve para a família que fala com a aluna, mas “ela nem liga”. Esta parece acreditar que a criança não se importa com suas repreensões e por isto continua com a mesma postura mesmo depois de advertida. Ao escrever que apesar de falar muitas vezes ela nem se importa emite um julgamento, pressupondo que a criança não está ‘ligando’ para suas palavras. Provavelmente chega a essa conclusão devido à maneira como a garota reage e pelo fato de não mudar de comportamento quando é advertida, parecendo uma afronta a sua autoridade.

Quanto ao terceiro critério, foi investigado se o “enfoque” das informações se fixava no problema ou se apresentava algum aspecto positivo em relação ao mesmo. Ao focar no conflito como algo que não deveria acontecer foi considerado que este era visto como negativo, enquanto que, era positivo

quando relatava algum aspecto válido percebido na própria situação ou na solução do mesmo. Dos bilhetes verificados, 92,4% apresentavam um enfoque negativo, sendo que em apenas 7,6% era positivo. No exemplo a seguir, é apresentado um caso do primeiro tipo.

(2º ano_PA)

(Nome da mãe), boa tarde!

Nesta semana a GIU não trouxe 2 lições e esqueceu o livro da biblioteca.

Retomei com ela. Favor conversar. Qualquer dúvida estou à disposição.

Professora

Percebe-se que o enfoque do bilhete apresentado estava no fato de a criança não fazer a lição e esquecer o livro, sendo considerado como negativo, uma vez que se referia somente a problemas que não deveriam acontecer. Não é possível identificar na mensagem a relevância do que se pode aprender com essa situação ou quais ações poderiam auxiliar na organização de sua rotina para resolver o problema. É importante destacar que a solicitação de conversa não garante que tipo de atitude será tomada pela mãe, muito pelo contrário, esta poderá utilizar-se de sanções expiatórias que não favorecerão o desenvolvimento.

No que diz respeito à “informação”, foi observado se somente o fato ocorrido na escola era apresentado ou se ficava claro o processo em que aconteceu, bem como se informava possíveis intervenções realizadas na escola. Além disso, procurou-se identificar se o educador acrescentava alguma explicação teórica que poderia embasar o tipo de problema vivenciado pela criança, assim como o tipo de providência empregada. Um exemplo seria informar aos pais que os conflitos podem ser oportunidade de desenvolvimento, tornando-se importante que os envolvidos reflitam sobre os mesmos. Isso poderia esclarecer a relevância em discutir a respeito dos motivos que levaram à briga e outras possíveis formas de resolver em que não fossem usadas estratégias agressivas, garantindo o respeito e a justiça. Tal fato demonstraria o

conhecimento por parte dos profissionais da escola sobre como ocorre o desenvolvimento dos alunos, podendo ainda favorecer a confiança dos pais no trabalho realizado pela escola.

Verificou-se que a totalidade dos bilhetes analisados preocupava-se em informar os fatos envolvendo as crianças. Das 65 mensagens, somente 27,6% apresentavam dados sobre como foram as ocorrências e as possíveis intervenções, como constatado no exemplo a seguir:

(5° ano_PA)

(Nome da mãe), revi com o GUI e a dúvida dele era em apenas 2 cálculos. O exercício 3 havia resolvido o 1°. Em classe com eles e pedi que copiassem, mas ele não copiou. Voltei com ele a importância da atenção na explicação.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Nos outros 72,4% de bilhetes, destacava-se uma mensagem em que somente o fato era informado sem maiores explicações desfavorecendo sua compreensão. Além disso, não foram encontradas explicações teóricas em nenhuma dos bilhetes enviados aos pais. No caso abaixo, vê-se que apenas o fato é notificado de forma sucinta.

(2° ano_PU)

Senhores Pais

A aluna ANA não permanece sentada durante as aulas.

Professora

Consideramos que os pais poderiam se perguntar sobre o que leva a filha a esse comportamento, em quais situações ocorreu ou o que a professora fez para lidar com o problema, o que não fica claro na mensagem. Mesmo que não solicite ajuda de forma declarada, é possível compreender que espera que a família tome alguma atitude para resolver a questão. Acreditamos que esse tipo de queixa também favorece o uso de sanções expiatórias, uma vez que

esses pais castigam os filhos para que ao voltarem à escola se comportem da forma desejada pelos educadores.

Devido a tal constatação, analisou-se também a presença de solicitação de providência aos responsáveis, isto é, se ao comunicar a família sobre as ocorrências, a escola pedia a ajuda dos pais de forma explícita ou se a forma em que se apresentava deixava implícita tal intenção. Constatou-se que em 40% o auxílio era solicitado declaradamente, como no exemplo que segue:

(2º ano_PA)

Nome da mãe, boa tarde!

Está semana o JOS está testando as regras e tem necessitado de retomadas constantes. Tenho conversado sobre suas atitudes.

Peço que me ajude e converse com ele em casa.

Um abraço

Professora

É muito comum o professor escrever sobre o problema para as famílias e solicitar que conversem com as crianças, não havendo garantias se realmente ocorrerá um diálogo construtivo. Na realidade, o que acontece é que essas longas “conversas” podem se transformar em sermões e censuras, não sendo possível prever se os pais também não tomarão medidas punitivas como agressões, castigos ou ameaças. Dessa maneira, ao terceirizar o conflito, o professor retira o aluno do problema, perdendo a oportunidade de realizar intervenções que o levem a pensar no fato, nas causas, em coordenar pontos de vista e pensar em possibilidades de resolução, contribuindo para a tomada de consciência e autorregulação. Além disso, muitos profissionais ainda reclamam, afirmando que alguns familiares foram permissivos não tomando nenhuma atitude ou se queixam quando usam agressões físicas por não acreditarem que isto resolva o problema. É preciso considerar que, transferindo o conflito para terceiros, conseqüentemente, também se transfere a responsabilidade pela escolha das estratégias a serem utilizadas (VINHA; MANTOVANI DE ASSIS, 2005).

Em 37% dos bilhetes, mesmo não apresentando a solicitação de ajuda de forma declarada, percebeu-se que a família estava sendo notificada para que pudesse resolver o problema. Em 23% da amostra, verificou-se a ausência de solicitação de ajuda, uma vez que o bilhete notificava o fato sem que se constatasse a intenção de pedir o auxílio dos familiares. O exemplo abaixo expõe tal ideia, pois a menina chega chorando no início do período e, no final deste, a professora manda informações sobre as colocações feitas pessoalmente pela mãe.

(2º ano_PA)

(Nome da mãe), boa tarde!

A MAR está bem nas atividades, ela não chorou muito! Logo passou.

Fique tranquila. Resolvi no mesmo momento.

Vou ficar atenta no lanche. Realmente fala demais.

Beijão Professora

Bom final de semana

O último aspecto observado na estrutura dizia respeito ao destinatário dos bilhetes, ou seja, a quem estes se destinavam: à família ou aos responsáveis, ao próprio aluno ou se não deixavam claro a quem eram enviados. Identificou-se que 69,3% das mensagens foram remetidas à mãe, ao pai ou ao responsável pela criança. Em toda a amostra, apenas 1 bilhete, do 5º ano_PA, foi remetido ao próprio estudante em sua agenda e tratava de um lembrete da professora sobre não ter copiado a lição da lousa.

No entanto, um fator que merece atenção foi que 29,2% dos textos, todos da instituição pública, não apresentavam destinatário. Destacou-se que, mesmo sem informar a quem se destinavam, era possível compreender que foram escritos no caderno para que a família visse e tomasse providências, como mostra esse exemplo:

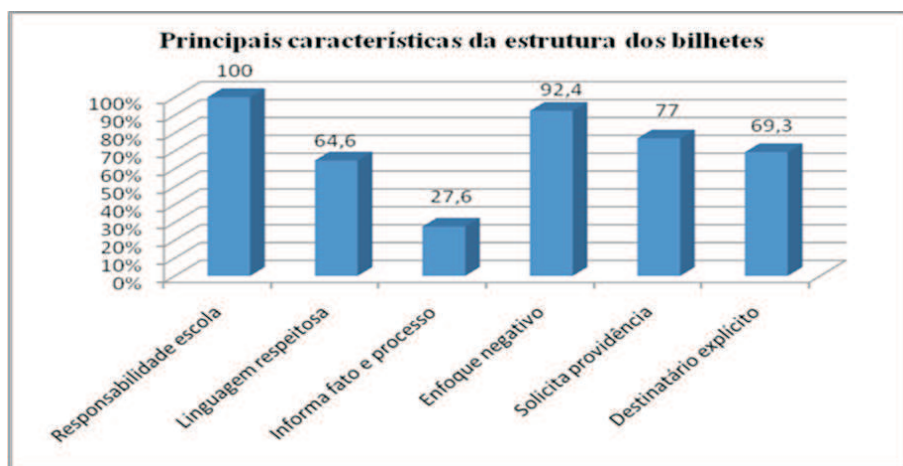
(5º ano_PU)

Não terminou de copiar, muita conversa fora de hora. (data)

Dados semelhantes foram encontrados por Santos e Souza (2005) quando identificaram mensagens nos cadernos das crianças que, segundo as pesquisadoras, mesmo não se dirigindo de forma explícita aos pais, sua forma demonstrava que eram direcionados à família. Acredita-se que enviar um bilhete sem ao menos deixar claro a quem se destina pode ser interpretado como certo descaso e desrespeito, tanto pelo aluno como por seus familiares, uma vez que legitimamos a relevância de que as mensagens sejam redigidas com clareza e de forma respeitosa.

Os dados referentes às principais características observadas na estrutura dos bilhetes serão apresentados na figura 1.

Figura 1 - Principais características da estrutura dos bilhetes.



É possível constatar que aproximadamente a totalidade dos bilhetes enviados para as famílias informavam sobre assuntos cuja responsabilidade é da escola, sugerindo a necessidade de que algo seja feito em seus domínios para buscar soluções. Menos de 70% das mensagens apresentam uma linguagem respeitosa por meio da forma como as palavras foram utilizadas. Observa-se também que, somente 27,6% dos bilhetes informavam o fato ocorrido

acompanhado de detalhes sobre como foi seu processo. No entanto, a maioria das mensagens remetida evidencia a preocupação em avisar o enfoque negativo dos problemas. A solicitação de providência ficou evidente em quase 80% dos casos, seja de forma implícita ou explícita. Por último, observou-se que aproximadamente 70% dos bilhetes são enviados sem evidenciar seu destinatário.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Qual a importância de reconhecer a estrutura das mensagens enviadas para as famílias? Será que as palavras redigidas realmente favorecem a parceria entre escola e família? Que tipo de reação o texto remetido poderia causar em seu leitor? Algumas considerações serão tecidas por meio de respostas a essas questões.

Constatamos que a comunicação realizada pela escola não favorece ao estudante a tomada de consciência necessária para a mudança de postura por autorregulação. Isso acontece uma vez que o aluno, principal interessado nos conflitos, na maioria das vezes é excluído do processo de resolução geralmente adotado pelas escolas. A situação pode ser resumida da seguinte maneira: o problema ocorre, o professor registra e informa aos pais esperando que auxiliem para que não voltem a acontecer. O que nos parece é que, quando alguma providência é tomada na escola antecedendo o envio dos bilhetes, limita-se a ações como a utilização de “conversas” que favorecem as censuras e os sermões, bem como o uso de castigos e ameaças visando que o aluno obedeça. Dessa forma, em oposição ao que propõe a perspectiva construtivista, a escola busca por manter o controle e a obediência dos estudantes, reforçando seus comportamentos heterônomos.

Um segundo fator que gostaríamos de discutir refere-se à ideia de parceria. Segundo Foerster (2005) esta envolve instituições ou indivíduos com objetivos comuns que estabelecem “negociações coletivas com partilha de

compromissos e responsabilidades entre si” (p. 70). Uma questão fundamental presente na interação entre essas duas instituições educativas é que a escola, de um modo geral, compreende parceria de forma equivocada. Acredita-se que pensa promover a parceria com os pais quando solicita auxílio para resolver problemas de indisciplina, ao pedir ajuda na organização de eventos, quando espera a garantia de que as lições de casa sejam cumpridas e que estes compareçam às reuniões, o que não favorece sua interação com os familiares. É preciso reconhecer que, ao invés de terceirizar os conflitos para as famílias ou culpá-las pela ocorrência destes, os educadores deveriam ser capazes de resolver os problemas que ocorrem nos espaços escolares sem atribuir para a outra instituição o que é pertinente às suas próprias funções.

Espera-se que, assim como com os estudantes, sejam promovidos espaços onde possam vivenciar um diálogo construtivo, a fim de que a família possa se sentir pertencente e respeitada pelos agentes educativos. Sendo assim, para que a busca por uma relação mais respeitosa e eficiente entre essas duas instituições, destaca-se a relevância de a escola compreender a necessidade de mudar sua concepção a respeito de parceria.

Portanto, torna-se relevante refletir se a parceria, frequentemente presente no discurso das escolas, é realmente promovida pela a prática de enviar bilhetes ou se acaba sendo um meio de terceirizar aos familiares os problemas que ocorrem no espaço escolar. É importante a conscientização de que não é possível promover uma parceria quando se atribui aos familiares a responsabilidade pelos problemas envolvendo seus filhos. Constata-se que, na verdade, fica evidente que quando enviam uma mensagem, os professores esperam que estes façam algo em casa para que o fato do qual se queixam não volte a acontecer.

Pode-se dizer que dificilmente os educadores reconhecem que a maneira como um bilhete é redigido traz uma mensagem ao leitor que nem sempre é condizente com a intenção de quem a escreveu. A interpretação das palavras proferidas pode gerar sentimentos que inicialmente não foram pensados por

aquele que redigiu o texto, dificultando que se estabeleça uma comunicação eficaz. Acredita-se que um simples bilhete escrito por impulso possa dar margens a outros problemas tanto entre os familiares como na relação destes com os professores de seus filhos.

Por essa razão, é importante pensar a respeito do conteúdo e da forma como o assunto vai ser informado, pois o texto em si já passa uma mensagem ao seu leitor. A redação pode deixar transparecer quando o professor está bravo ou com raiva. Parece-nos que, constantemente, os bilhetes são enviados de forma indiscriminada sem que se pense sobre sua real necessidade confirmando a hipótese de que servem de instrumento de coação para que os estudantes obedeçam às regras impostas pela escola e apresentem comportamentos disciplinados.

Todavia, quando realmente o professor considerar necessário notificar algo, como poderia fazer? Como redigir uma mensagem coerente e construtiva?

Os bilhetes não podem ser escritos por impulso. Palavras redigidas e enviadas não serão posteriormente apagadas, nem as impressões que causarem nos leitores. Por esse motivo, ao escrever uma mensagem, o professor precisa refletir sobre como suas ideias serão interpretadas e no tipo de sentimentos que promoverão ao seu receptor.

Partindo do pressuposto de que os pais devem ser respeitados, o professor precisa refletir: Qual o objetivo de enviar determinado bilhete? Que tipo de informação é relevante? Em que pode contribuir para que o problema realmente seja resolvido? Torna-se relevante que tais bilhetes, quando considerados indispensáveis, tenham seu conteúdo pensado e sua mensagem elaborada sendo revista com calma, para que as palavras possam ser descritas com clareza e objetividade.

Constata-se que a escola geralmente reclama da perda de tempo resolvendo problemas de indisciplina, demonstrando que desconhece a relevância dos conflitos numa perspectiva construtivista. Pautados em concepções tradicionais, os educadores consideram que estes devem ser evitados no espaço

escolar para que não comprometam o andamento das aulas. Dessa forma, verificamos que a prática do envio de bilhetes da maneira vem sendo utilizada nas escolas, não favorece a autorregulação dos alunos uma vez que os exclui do processo de reflexão e da busca por soluções justas e equilibradas para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Orgs). **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009, 104 p.

FOERSTE, E. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, L. C. F. **Escola e família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores**. São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

PATTO, M. H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. In: PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à Psicologia Escolar** (Org). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993/1997, p. 281-298.

PEREZ, M. C. A. **Família e escola na educação da criança: análise das representações presentes em relatos de alunos, pais e professores de uma escola pública de ensino fundamental**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1932/1994.

RIBEIRO, D. F.; ANDRADE, A. S. A assimetria na relação entre família e escola pública. **Paidéia**, v. 16, n. 35, p. 385-394, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n35/v16n35a09.pdf>. Acesso: 27 de mai. de 2010.

SANTOS, A. A. C.; SOUZA, M. P. R. Cadernos escolares: como e o que se registra no contexto escolar? **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 2, p. 291-302, 2005.

SAYÃO, R.; AQUINO, J. G. **Família**: Modos de usar. Campinas: Papirus, 2006.

SAYÃO, R. **Como educar meu filho?** Princípios e desafios da educação de crianças e adolescentes hoje. São Paulo: Publifolha, 2003.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. A construção da autonomia moral na escola: a intervenção nos conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. In: VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR – EDUCERE e o III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas Escolas – CIAVE, 2008, Curitiba. **Anais**. PUC, 2008b, p. 11747-11761.

VINHA, T. P.; MANTOVANI DE ASSIS, O. Z. Compartilhar ou transferir as responsabilidades: considerações sobre a relação entre a escola e a família. In: **Anais** do XXII Encontro Nacional de Professores do Proepre: Educação e Cidadania. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 2005.